



PROJETO PEDAGÓGICO E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA.

Autor: Alexandre Paulo Loro¹
Co-autor: Carlo Henrique Golin²

Resumo: *O presente artigo objetiva analisar alguns dos principais pontos que alicerçam o Projeto Pedagógico de uma escola Municipal de Educação Básica e destacar como a disciplina de Educação Física é nele apresentado. Foi possível constatar que o Projeto Pedagógico ao ser reelaborado, deverá enfatizar melhor as metas e os objetivos pedagógicos; ampliar o diálogo com a produção literária da área, relacionar as diversas áreas do conhecimento e; envolver todos os professores, pais e alunos. Dessa forma, a escola poderá estreitar cada vez mais as suas relações, de maneira participativa, com a comunidade escolar onde está inserida.*

Palavras-chave: *Gestão. Projeto Pedagógico. Educação Física.*

1. UM PRIMEIRO DIÁLOGO

A experiência histórica tem demonstrado que o modelo de gestão que herdamos (centralizado e burocratizado) pouco contribuiu para o desenvolvimento da educação pública no Brasil, não sendo muito difícil constatar que as políticas públicas de educação estão atreladas aos contextos econômico, social e político da sociedade.

A pesquisadora Lück (2006) destaca que a gestão educacional está relacionada aos sistemas de ensino, num caráter amplo e abrangente (macro), articulado interativamente com a gestão escolar (micro). A autora destaca a necessidade de se desenvolver um trabalho docente mais coletivo e participativo com a comunidade escolar, enfatizando o processo de descentralização da educação na busca da qualidade do ensino na tentativa de superar o conceito fragmentado e limitado de administração (hierárquica) para um novo entendimento de gestão - democrática.

Tal mudança vai além de uma simples alteração de nomenclatura. Trata-se de uma mudança de paradigma, o que demanda um novo entendimento e uma nova conduta docente. Nessa perspectiva, a escola e os gestores passam a ser todos os envolvidos no processo de aprendizagem, pautados pelos princípios de autonomia, desenvolvimento e coletividade.

Numa perspectiva um pouco mais ampla, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2002) vem destacando em alguns de seus estudos uma concepção de democracia que visa reconhecer a pluralidade humana e propõe um itinerário contra-hegemônico para um

¹Professor Assistente e Coordenador do Curso de Educação Física, Departamento de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Câmpus do Pantanal (CPAN). E-mail: alexandrepauloloro@yahoo.com.br

²Professor Assistente do Curso de Educação Física, Departamento de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Câmpus do Pantanal (CPAN). E-mail: carlohenriquegolin@hotmail.com



debate democrático. Uma das ações pautadas nessa concepção de democracia seria a mobilização dos movimentos populares na participação da tomada de decisões. Para o referido autor, a emergência da democracia foi um dos acontecimentos mais importantes no século XX, embora, às vezes, tenha se tornado um mero slogan - adotado universalmente e vazio de conteúdo. Isto se deve ao fato da noção de democracia ser facilmente perdível sendo, muitas vezes, tomado por discursos que implicam na redução às propostas da mercantilização. Urge, então, a necessidade de reinventar a democracia para que não voltemos a reincidir em um novo modelo hegemônico.

Um terreno fértil, propício para germinar a democracia, é a cultura local como balizadora na elaboração de projetos educacionais. Ao observarmos o ambiente escolar se perceberá, entre tantos hábitos e condutas, a freqüente valorização de idéias e crenças que não nasceram no seio da própria escola. Quando os processos de gestão não são partilhados, desvaloriza-se o contexto e a comunidade escolar acaba por se afastar. Sem a participação, a interação, a solidariedade e o diálogo entre as pessoas, além da falta de espaço para a alteridade, o resultado é a inexpressividade de sentido para as pessoas e a reprodução de modelos importados ou impostos.

A gestão educacional é um processo tecido de maneira multifacetada, através de conhecimentos construídos culturalmente e, não raro, de forma conflitante, divergente e até mesmo contraditória. Com a gestão escolar também não é diferente. Neste ambiente é elaborado o projeto referência para a maioria das ações pedagógicas da escola: o Projeto Pedagógico (PP).

Nesse sentido, pretende-se no decorrer desse trabalho desenvolver um estudo que possibilite investigar com maior profundidade o PP de uma Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental na cidade de São Miguel do Oeste/SC.

O objetivo foi analisar os principais pontos que alicerçam o PP de uma escola, localizada num bairro da periferia. Para tanto, o presente trabalho foi concretizado através da utilização de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. O ponto de partida foi o material bibliográfico sobre o tema Gestão Educacional e o PP da escola referência. Os dados foram obtidos através da “análise do discurso” (AD) onde foram analisadas as informações contidas em documentos e livros, almejando compreender criticamente o sentido do que está comunicado de maneira explícita e/ou oculta. A interpretação dos dados levantados foi realizada diante do referencial teórico construído a partir da leitura sobre o assunto, dinamizando, assim, um processo de análise e confronto de idéias e significação.

A AD toma como objeto a “rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social” (BAUER; GASKELL, 2002, p. 244).

A AD trabalha com o sentido do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido. Partindo desse princípio, compreende-se que a AD não irá descobrir nada novo, apenas fará uma nova interpretação ou uma releitura, não tendo a pretensão de dizer o que é certo, porque isso não está em julgamento. Na interpretação o pesquisador torna-se um intérprete, que faz uma leitura também discursiva influenciada pelo seu afeto, sua posição, suas crenças, suas experiências e vivências; portanto, a interpretação nunca será absoluta e única, pois também produzirá seu sentido.



2.1 O PP da escola pesquisada

Muitas são as tentativas internacionais para alcançar uma educação de qualidade. Sobre este assunto, destaca-se a obra de Torres (2001) intitulada: “Educação para todos: a tarefa por fazer”, onde menciona a Conferência Mundial sobre a "Educação para Todos", realizada na Tailândia (1990). Essa conferência resultou a criação de vários acordos entre países e organizações, dentre eles a responsabilidade em garantir a Educação Básica de qualidade para crianças, jovens e adultos. A partir dessa conferência surgiram algumas frentes nacionais e internacionais de ação que buscam tirar o projeto do papel. Tal projeto permite inúmeras possibilidades de leitura, assim sendo, a tarefa continua por ser feita, uma vez que é facilmente perdível à ordem demagógica. Por esse motivo podemos dizer, metaforicamente, que a educação para todos “encolheu”. Passados vinte anos, percebemos que muito ficou a ser feito.

Na tentativa de melhorar a qualidade da educação brasileira o Ministério da Educação (MEC) criou leis, planos, índices, fundos, entre outras ações. Às vezes, torna-se até difícil entender o significado de tamanho emaranhado de letras. Dentre as mais conhecidas estão um conjunto de siglas: LDB, PNE, PDE, IDEB, INEP, FUNDEB, SAEB, entre outras. Não entraremos no mérito de discutir neste trabalho cada uma delas, pois pensamos que já sejam conhecidas pelos leitores da área, uma vez que são amplamente divulgadas pelos meios de comunicação.

Deteremo-nos ao principal documento existente no âmbito escolar: o Projeto Pedagógico (PP) - um documento que tem gerado muitas discussões no contexto escolar. Afinal, o que é um projeto? Quais são as principais dificuldades na sua elaboração? O PP é um planejamento? Planejamento do quê? Por quem? Para quem? Serve para aprofundarmos e socializarmos nossos saberes? Para Gadotti (1994) o PP não é um processo acabado, pois sofre influência do sistema político vigente que, por sua vez, não é estável. Modifica-se de acordo com a ideologia de quem está no poder e também com as influências econômicas externas. Infelizmente, no paradigma atual reside um dos elementos que obstaculiza a implantação de um novo projeto na escola: muitos professores não acreditam na sua eficiência se este não vier da vontade política dos seus governantes.

O PP é um documento que sintetiza as características do fazer educativo para um determinado grupo, naquele espaço e naquele tempo. A sua elaboração tem o intuito de tornar claras as intencionalidades e planejar os rumos da instituição, inclusive em seus processos de gestão.

Toda atividade educacional requer planejamento. As etapas necessárias para a organização do PP exigem construção coletiva e planejamento participativo uma vez que é um esboço das competências esperadas do educador e das ações escolares. Planejar significa decidir com antecedência, organizar uma ação, antevendo possibilidades, acontecimentos, almejando êxito. É a maneira concreta que os professores têm para se envolverem frente às políticas públicas da educação. Ao elaborarmos um PP delineamos intencionalmente os interesses da comunidade escolar. É mais que um aspecto formal e burocrático da escola - é um documento alicerçado numa perspectiva democrática e sua dimensão política e social é descentralizadora.

Ferreira (2007) parte do pressuposto que todo PP apresenta algumas características básicas:



- a) Singularidade: por representar as características daquela comunidade, seus anseios e suas perspectivas. Portanto, uma percepção diferenciada da educação, da escola, do conhecimento, porque própria daquele ambiente cultural, não se aplicando a nenhum outro;
- b) Intencionalidade: não há ingenuidades nas escolhas dos sujeitos da escola. Escolhem porque acreditam serem necessárias estas escolhas e não outras. Em decorrência, é necessário apresentar objetivos sem ambigüidades, revelar as teorias embasadoras, enfim, estar em acordo com um rumo pensado pela comunidade escolar;
- c) É democrático e democratizante: muitas experiências têm demonstrado que o PP ao ser elaborado em gabinetes fica restrito a poucas pessoas. O processo de planejamento é uma excelente oportunidade para a prática democrática, não só na discussão, mas no assumir responsabilidades e contribuir. Por isso, o PP é político, porque compromete a partir das escolhas feitas.
- d) Sistematização: além de organizar o trabalho pedagógico, relacionando os espaços e os tempos educativos a que se propõe a instituição. O PP prevê os rumos da instituição.
- e) Coerência: o PP deverá estar embasado em um referencial teórico que contenha as definições dos elementos que, para aquela realidade, faz-se necessário conhecer e considere os elementos próprios da cultura institucional e de seu contexto.
- f) Inclusão: através de uma proposta educacional centrada nos sujeitos, o PP pretende a inclusão das diversidades.

Ao iniciarmos a análise do PP da escola pesquisada percebemos que ele foi reelaborado/reestruturado pela última vez em dezembro de 2008. No decorrer das suas 41 páginas apresentados inúmeros gráficos com dados estatísticos que ajudam a traçar o perfil da comunidade onde a escola está inserida bem como, o perfil das famílias. Os dados demonstram que a maioria das famílias tem uma renda mensal entre um a dois salários mínimos; pouquíssimos são os pais que chegaram a cursar o Ensino Superior; economicamente, as famílias podem ser consideradas de poder aquisitivo de média e baixa renda; a profissão dos pais geralmente é a de: agricultor, cabeleireira, caminhoneiro, frentista, técnico em enfermagem, pedreiro, auxiliar de produção, açougueiro, magarefes, operador de máquina, funcionário público ou do comércio, autônomo, aposentado, doméstica, entre outros; em relação à origem étnica, percebe-se grande miscigenação; no aspecto religioso, a maioria das famílias é Católica Apostólica Romana.

O PP pontua os “temas geradores” trabalhados no decorrer do ano letivo. Destacam-se os seguintes temas transversais: ética e cidadania no convívio escolar; Campanha da Fraternidade; aquecimento global; Programa Educacional de Resistência e Combate às Drogas (PROERD); preservação do meio ambiente e; aulas de leitura e informática.

O sistema de avaliação é apresentado como um “processo”, sendo a principal referência a Lei nº. 9.394/96 (LDB) que diz que a avaliação deverá ser contínua e cumulativa e que os aspectos qualitativos prevalecerão sobre os quantitativos. A avaliação é “realizada através de provas, exercícios, testes e atividades do cotidiano, bem como a participação, assiduidade, criatividade e espontaneidade do educando em tarefas individuais e de grupo” (p. 31). A recuperação paralela é realizada sempre quando houver a necessidade do aluno atingir a média necessária no bimestre e não a obtém. A escola será avaliada constantemente através de planejamentos, projetos, reuniões, conselho de classe participativo (pais, alunos, professores, direção), visando melhorar os aspectos físico, administrativo e, principalmente, pedagógico.



Dois cronogramas muito bem elaborados se destacam no PP: o cronograma das atividades sociais e culturais e o cronograma das atividades de manutenção da estrutura física da escola. Metas para atingir os objetivos administrativos foram traçadas no PP com o intuito de captar recursos financeiros. No entanto, não estão contempladas as metas para atingir os objetivos pedagógicos. Dessa forma já é possível constatar a necessidade de reformulações.

Ao ser reformulado, o PP merecerá uma releitura minuciosa ao que se refere à estrutura verticalizada de gestão. Os conceitos de administração e de Gestão Escolar são entendidos como sinônimos. Nesse sentido, torna-se necessário redefinir conceitos, diferenciando os objetivos administrativos dos objetivos pedagógicos, comumente confundidos. Somado aos conceitos, a proposta metodológica de trabalho precisará ser redefinida, pois são entendidas/reduzidas à simples estratégias de aprendizagem.

2.2 O PP e EF escolar

Em algumas situações o PP é elaborado somente pela equipe pedagógica da escola, sem a participação efetiva dos pais, alunos e professores das mais diversas áreas do conhecimento. Em relação à participação do professor de Educação Física na elaboração e desenvolvimento do PP consideramos a sua participação importantíssima e necessária, pois com isso, teremos a possibilidade de reverter significativamente questões que impedem avanços do sistema escolar como um todo.

A participação do professor de Educação Física na elaboração do PP de sua escola deve ser ativa de forma que ele consiga realmente mostrar a importância da legitimação da Educação Física como componente curricular. No entanto, temos observado a desinformação quanto ao conceito, a importância e a relevância do PP na sistematização do conhecimento e na construção do processo educativo como um todo.

Em relação aos objetivos das disciplinas específicas (Inglês, Educação Física e Artes) do PP da escola que tomamos com referência neste texto, foi possível constatar a falta de articulação entre elas e com as demais áreas do conhecimento, além de um aprofundamento teórico bastante superficial. A proposta pedagógica não se apresenta interdisciplinar. Percebe-se que não houve a participação dos professores das disciplinas específicas na elaboração do PP.

A Educação Física é um componente curricular relevante, mencionado de forma bastante sintética e simplista em termos de visão de área. No entanto, recebeu o mesmo tratamento teórico e de registro de outros componentes curriculares.

O único parágrafo que faz menção à Educação Física é quando tratado sobre os objetivos específicos, apresentado com a seguinte redação:

Conhecer o corpo e as possibilidades de limites através de experiências de movimento, atribuir sentido e significado aos objetos, as ações coletivas e individuais, desenvolver relações interpessoais de forma sistematizada e organizada (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2008, p. 29).

Os objetivos específicos da Educação Física apontam o conhecimento do corpo e as suas relações como principal objetivo a ser alcançados. O professor de Educação Física, que muito tem a contribuir nas questões pedagógicas, está engessado numa cultura pedagógica adquirida da “educação do corpo” (SOARES, 2004). Este paradigma precisa



ser superado por meio de leituras, reflexões e tomada de decisões na transformação da prática docente no contexto da escola, no que refere as questões éticas e políticas, tendo em vista sua contribuição na formação dos alunos.

No que tange aos conteúdos programáticos, não são especificados (nem mesmo quais serão contemplados), sejam eles: esportes, jogos, lutas, ginástica, atividades rítmicas e expressivas (BRASIL, 1997). Somente faz alusão ao conhecimento sobre o corpo. Tampouco especifica quais projetos serão desenvolvidos.

Ao tomarmos como referência o livro Coletivo de Autores (1992), o qual defende a idéia de que cada escola deve ter bem claro em seu projeto pedagógico que tipo de aluno quer formar, e também de que este questione a função social de cada disciplina no currículo, perceberemos que o referido aspecto também não foi contemplado.

Reconhecemos as inúmeras dificuldades que o espaço escolar apresenta. Vale mencionar como exemplos a diversidade cultural e dificuldades no processo ensino-aprendizagem. Exatamente por tais motivos, evidenciamos a necessidade da construção do PP de maneira coletiva. Sabemos que uma proposta isolada não é suficiente para superar os problemas do cotidiano escolar, dada sua complexidade e pelas contradições entre o discurso e a prática da Educação Física Escolar. Embora esteja impregnado no discurso da maioria dos professores o discurso pedagógico favorável às questões relacionadas à escola democrática, isso não garante a sua freqüente participação na elaboração do projeto pedagógico ou até mesmo reflete na prática educativa, reproduzindo rotineiramente gestos técnicos descontextualizados.

A participação do professor na elaboração do PP é uma das garantias existentes para a livre expressão e comunicação entre os diferentes grupos. Poderá oferecer melhores condições para na relação ensino-aprendizagem e provavelmente contribuirá no desenvolvimento de uma prática articulada com as finalidades educacionais definidas pelo coletivo.

É interessante e necessário compreender que o professor constrói o conhecimento através das interações estabelecidas com alunos, pais de alunos e colegas de trabalho, principalmente quando ocorre o estudo da prática de seu trabalho e da teoria que a fundamenta. Caso contrário, o percurso delineado pelo professor pode resultar numa prática inerte.

As referências bibliográficas apresentadas no PP da escola mencionam os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), a Proposta Curricular de Santa Catarina (1998) e os PPs dos anos anteriores (2002 e 2006). Acreditamos ser interessante estabelecer um marco teórico, melhor elaborado, estabelecendo um diálogo mais próximo com a produção científica atual, especialmente sobre as temáticas da gestão educacional, gestão escolar, propostas e métodos pedagógicos.

Zabala (1998) menciona que, por trás de qualquer proposta metodológica encontra-se oculta uma concepção do valor que se atribui ao ensino, assim como certas idéias mais ou menos formalizadas e explícitas em relação aos processos de ensinar e aprender. A partir dessa premissa torna-se necessário questionar qual concepção estaria sendo atribuída ao PP da escola pesquisada?



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a educação é capaz de proporcionar um meio de vivenciar valores, onde as pessoas são respeitadas em sua individualidade, podemos dizer que o sistema educacional brasileiro vem se organizando na tentativa de atender as diversidades, sejam elas regionais, étnicas, religiosas, políticas ou culturais, indo ao encontro da cidadania e igualdade de direitos entre os cidadãos.

A comunidade escolar deverá sempre tomar parte na elaboração do PP, o que demandará um maior comprometimento com o processo de construção de uma escola e de uma sociedade melhor. Os professores, articuladores dos conhecimentos dos estudantes com os conhecimentos científicos, têm um papel importante na educação. Por este e tantos outros motivos, precisam se preocupar em assumir com responsabilidade as mudanças, não somente na dimensão tecnológica e social, mas também cultural nos espaços que lhe é de atuação.

É desejável e oportuno que os docentes estejam ligados às comunidades, recriem concepções diferentes de trabalho e de gestão, e sejam capazes de estabelecer novas relações com as diferentes formas de conhecimento.

Dentre tantos questionamentos, algumas das seguintes interrogações poderão balizar a (re)estruturação do PP: 1) Há evidências de participação da comunidade na sua elaboração? 2) Problematiza a realidade escolar? 3) Tem uma proposta pedagógica inovadora e original? 4) Como é realizada a avaliação escolar? 5) Como o currículo é apresentado e percebido? 6) Qual a imagem e o papel do professor? 7) Dá ênfase à formação continuada do professor? 8) Valoriza as diferenças culturais e a inclusão?

Existem vários caminhos para a re(elaboração) do PP, uma vez que ele retrata o entendimento e o percurso possível trilhado em cada uma das escolas. Todavia, de acordo com Veiga (2001), é possível apontar três movimentos básicos desse processo de construção do PP, denominados: *Ato Situacional*, *Ato Conceitual* e *Ato Operacional*.

O objetivo do *Ato Situacional* é apreender o movimento interno da escola, conhecer seus conflitos e contradições, fazer seu diagnóstico e definir onde é prioritário agir. No *Ato Conceitual* a escola discute a sua concepção de educação e sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem, visando a um esforço analítico da realidade constatada, definindo como as prioridades devem ser trabalhadas. No *Ato Operacional* a escola efetivamente realiza as operações necessárias às mudanças.

Quando falamos em mudanças na educação e nos relacionamentos do ser humano, parece que estamos vivendo mais uma vez de utopias. Não se trata de pregar novos sonhos, mas de criar possibilidades reais, conforme destaca Alves (2005) ao fazer referência à “Escola da Ponte³”. Nessa escola não existem turmas separadas por idade ou escolaridade, nem lugar fixo em sala de aula. Os alunos, organizados em pequenos grupos com interesse comum, reúnem-se com o professor em grandes salas e desenvolvem programas de trabalho. Em seguida, é avaliado o que aprenderam e formam-se novos grupos. São os alunos, orientados pelo tutor, que decidem o que estudar e como estudar. A cada início de

³ Localizada na cidade do Porto – Portugal, a Escola da Ponte tornou-se referência por destruir literalmente os “muros pedagógicos”, compostos por paredes, turmas e salas de aulas. Construiu-se um espaço aberto onde todos os professores estão disponíveis para todos os alunos, sem paredes a dividir um grupo de estudos do outro.



ano, crianças e adolescentes estabelecem regras de convivência que serão seguidas pelos educadores e familiares.

O exemplo da Escola da Ponte demonstra que, quando as decisões são tomadas de maneira descentralizadas e providas de interesses coletivos, com a participação de toda comunidade escolar e a sociedade civil, estaremos caminhando na direção da democracia de “alta intensidade” (SANTOS, 2002).

A intensidade da democracia pode ser evidenciada pelo grau de participação dos atores envolvidos no processo, o que implica no processo de execução e de tomada de decisões. Isto fomentará a construção coletiva da educação que almejamos – uma educação e uma gestão mais interativa e participativa.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. 7ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2005.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- FERREIRA, L. S. Gestão da escola: o projeto pedagógico, o trabalho e a profissionalidade dos professores. In: **Educação em Revista**, UNESP, Marília-SP, v. 8, n.1, 2007, p. 35-48.
- GADOTTI, M. **Anais da Conferência Nacional de Educação Para Todos**. Brasília, 1994. p. 576 – 580.
- LÜCK, H. **Gestão Educacional**: uma questão paradigmática. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Teonísio Wagner**. São Miguel do Oeste/SC. Dez. 2008.
- TORRES, R. M. **Educação para Todos**: a tarefa por fazer. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- SANTOS, B. S. (org.) **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SOARES, C. L.; BRACHT, V.; CASTELLANI F., L.; ESCOBAR, M.; TAFFAREL, C.; VARJAL, L. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- SOARES, C. L. **Educação Física**: raízes européias e Brasil 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 23ª ed. Campinas: Papirus, 2001.
- ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.